



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº26/2017

----- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Cando, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período da Ordem do Dia a Presidente da Câmara desejou um feliz ano de dois mil e dezoito a todos os presentes e também para todos os riomaiorenses.-

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I – DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 3 DO ARTIGO 35º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO .-----**

----- **DESPACHO N.º118/2017, DATADO DE 18 DE DEZEMBRO – ACORDO QUADRO Nº 06/2017 – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINFECÇÃO E EXTERMINAÇÃO EM ÁREAS URBANAS OU RURAIS. – -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 118/2017, exarado pela Srª Presidente de Câmara, no dia 18 de dezembro do corrente ano, ao abrigo do nº. 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, pelo qual se determinou, autorizar a abertura de procedimento de Concurso Público Internacional, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, artigo 251º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º, na alínea c) do n.º 1 do artigo 261.º e nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 253.º, do Código dos Contratos Públicos, por forma a desenvolver a formação do contrato ao abrigo do Acordo Quadro, para a prestação de serviços de Desinfecção e Exterminação em Áreas Urbanas ou Rurais. -----

----- Determinou ainda, a aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos.-----

#### ----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL -----

----- Sugeriu que, futuramente, fossem alargadas as zonas que vão ser intervencionadas, nomeadamente, em algumas estações elevatórias, furos e depósitos de água e também incluir o canil municipal, zona onde habitualmente proliferam, com abundância, ratos.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º119/2017, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO – 2ªPRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO CONTRATUAL DA EMPREITADA: REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – LOTE 4 – REABILITAÇÃO E APLICAÇÃO DE MICROAGLOMERADOS EM VIAS DO CONCELHO -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho exarado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, no dia 19 de dezembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a autorizar a segunda prorrogação do prazo, a título gracioso, da empreitada em apreço, pelo período de 45 dias, nos termos do n.º 2 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, bem como a aprovação do plano de trabalhos ajustado em conformidade com o prazo autorizado.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA – PROJETO TÉCNICO DE EXECUÇÃO.-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é:-1 – Revogar deliberação de Câmara de 22/09/2017 sobre aprovação do projeto de arquitetura proposta pela informação 39/2017/UOPEAFPC;2 – Aprovar revisão do projeto técnico de execução e estimativa orçamental propostas pela informação AS62/17.-----

----- Ainda sobre esta matéria informou que a revogação da deliberação se prendia com o facto de neste momento já constar do processo os pareceres em falta das entidades que têm de se pronunciar e também porque havia a necessidade de fazer alguns ajustamentos ao projeto porque esta zona faz parte de uma ZEP – Zona Especial de Proteção e a Direção Geral do Património Cultural tinha que se pronunciar. Referiu também a disponibilidade da empresa de Carnes Nobre para em conjunto com os serviços da técnicos da Câmara encontrar soluções para que possam preparar as intervenções a fazer antes do inicio dos trabalhos da requalificação.-----

----- Informou ainda que a candidatura da Zona Ribeirinha se insere no âmbito da requalificação das áreas urbanas e ronda cerca de um milhão e novecentos e mil euros. Recordou ainda que a candidatura apresentada para a Villa Romana ronda cerca de

setecentos mil euros, assim como a candidatura apresentada para ciclovias e arruamentos é de cerca de seiscentos mil euros, o que totaliza cerca de três milhões e duzentos mil euros de candidaturas apresentadas. Referiu também que, contrariamente a outros municípios, o município de Rio Maior, aguarda a reprogramação de montantes para continuar a investir.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Sobre esta matéria referiu que o seu sentido de voto seria condicionado ao esclarecimento que iria solicitar, dado que, como sabem, esta matéria era uma preocupação do PS e constava das propostas apresentadas para o Orçamento, referindo que o fizeram com o sentido de colaboração e na tentativa de fazer uma aproximação mais sólida ao Executivo da maioria, tudo em nome do concelho, como é sua obrigação, enquanto eleito. Assim, solicitou à Senhora Presidente que esclarecesse, se existia algum diálogo com a empresa Industrias de Carnes Nobre, no sentido de, quando se for fazer a obra, ter em atenção a questão de se criar, por exemplo um “By Pass” ou outra forma técnica de resolver o problema, porque se assim não for, o que vai acontecer é que, como vai existir uma grande mobilidade de pessoas na zona que vai ser requalificada, isso provocará dois problemas, ou seja a Câmara Municipal irá ser “bombardeada” com argumentos nada favoráveis e, em simultâneo, também será objeto de um outro ataque dirigido à própria empresa, no sentido de se resolver os problemas, e de certa forma com alguma justiça. Salientou que, tanto ele, quanto o Vereador Daniel Pinto, anseiam que a citada obra seja feita, pois é numa zona que está estrategicamente bem localizada e com essa requalificação ganha o concelho e os riomaiorenses. Frisou mais uma vez que iria abster-se na votação do ponto, caso não lhe fossem dadas algumas garantias no sentido de que se está a trabalhar na resolução dos problemas ali existentes.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para lembrar que este projeto já foi aprovado, nomeadamente pelo Vereador Daniel Pinto, ainda sem os pareceres das entidades competentes. Informou que reunia com regularidade mensal com a gerência da empresa Carnes Nobre, e disse que não poderá ser esquecido que esta empresa também tem uma questão de imagem a preservar e que não querem ver constantemente ligada a processos de notificação pela Agência Portuguesa do Ambiente, entidade que acompanha as queixas e denúncias existentes. Sobre a solução técnica a encontrar referiu que não se iria pronunciar, mas salientou a disponibilidade por parte da empresa para fazer a intervenção necessária, em articulação com os técnicos municipais e analisar a possibilidade de estabelecer um protocolo com a já citada Agência Portuguesa do

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017**

Ambiente para que, também esta entidade, possa orientar na intervenção a fazer, com a fiscalização de todo o processo para que a Câmara possa ter a garantia de que, efetivamente, esta obra, possa ficar devidamente resolvida.-----

----- Sobre a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores cujo parágrafo leu, referiu que a Câmara não tem que assumir os custos da obra a levar a efeito pela empresa Nobre, porque isso são custos que terão de ser da responsabilidade da mesma.-----

----- Disse ainda congratular-se por saber que o PS está preocupado com este projeto e que reconhece tratar-se de uma intervenção importante, pois, como sabem, ao longo dos anos em que o PS geriu esta autarquia, foi ficando cada vez mais, de costas para o rio, daí ficar feliz por este PS entender que esta é uma intervenção prioritária para o concelho de Rio Maior. Disse ainda que, este projeto com as respetivas adaptações, também já foi apresentado publicamente, sendo sobejamente conhecido por todos os riomaiorenses e salientou mais uma vez a disponibilidade da indústrias de Carnes Nobre para resolver, definitivamente, o problema ali existente.-----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que, a forma como o problema iria ser resolvido tecnicamente, era apenas uma sugestão, e um apelo para que se tivesse em atenção esse problema, mas teriam de ser os técnicos a pronunciarem-se.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre o ponto em discussão recordou os últimos anos, nomeadamente a Exp 98, em que houve todo um movimento estratégico ao nível do urbanismo que virou as cidades para os seus recursos naturais, nomeadamente, todas aquelas cidades que têm rio, daí ficar muito feliz que na cidade de Rio Maior se esteja a recuperar as margens do rio Maior um elemento unificador de todos os riomaiorenses. Considerou gratificante a Câmara estar a aprovar um projeto desta natureza, dado ser da maior importância para o concelho que o mesmo possa avançar, pelo que dava os parabéns à Senhora Presidente e a todo o Executivo e técnicos que dinamizaram esta ideia. -----

----- Disse ainda que, conjuntamente, podem contribuir para algumas melhorias do projeto, sendo nesse sentido que apresentaram algumas sugestões para o Plano e Orçamento porque é uma evidência a poluição do rio Maior e que a todos deve preocupar, não fazendo sentido estar a apresentar uma proposta de desenvolvimento e de investimento, com a requalificação e alindamento das margens do rio, e depois, o próprio recurso natural que é a linha de água, estar totalmente poluída e não se vislumbrarem perspectivas de recuperação, sendo esse o alerta que apresentam. Solicitou que a Senhora Presidente seja firme na defesa do interesse público e que não ceda aos interesses privados e empresariais e que tenha “mão firme” naquilo que são

as competências da Câmara Municipal e a influenciação que deve fazer junto de todas as instituições, de forma a que todos aqueles que têm os seus negócios legítimos, também possam cumprir com as regras ambientais e de salvaguarda do meio ambiente. Disse ainda que espera que a Câmara Municipal aproveite este projeto e este investimento que vai fazer para ganhar força e uma capacidade acrescida para defender o cumprimento da Lei e a salvaguarda de um recurso natural que é o rio Maior. -----

----- Agradeceu a disponibilidade dos serviços da Câmara no apoio dado enquanto analisaram o projeto. Sobre o citado projeto opinou que teria sido interessante perspetivar no mesmo e na sua memória discritiva, aspetos relacionados com a sensibilização ambiental e ecológica, porque se está a falar do rio e de um problema grave que é gestão da água, considerando também a seca que assola o País. Sugeriu ainda que toda aquela zona devia contemplar também uma área importantíssima de valorização e sensibilização ambiental para todas as camadas jovens, incluindo o setor de educação, o que não está espelhado no projeto, esperando que no decorrer da sua concretização possa existir esse espaço físico destinado à sensibilização ambiental e à preservação do meio ambiente.-----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se aos moinhos que são uma velha tradição do rio, assim como toda a indústria da panificação associada aos mesmos o que também não está espelhado no projeto, pelo que também sugeria que naquele espaço pudesse existir uma reconstrução que evidenciasse aquilo que foi o funcionamento dos moinhos e ligar essas azenhas a uma marca do cluster do agroalimentar, por exemplo o pão de Rio Maior, de que tanto se fala, que é uma marca que pode e deve ser desenvolvida e melhorada, opinando que esta área da requalificação da Frente Ribeirinha e da moagem se proveite para esses fins. -----

----- Sugeriu também que, caso volte a chover com abundância, se pudesse explorar os desportos náuticos, ainda que, de uma forma simplificada, mas que houvesse a possibilidade de explorar a canoagem, com ligação à Escola Superior de Desporto e ao curso de Turismo Ativo e Desporto de Natureza, esperando que esse espelho de água possa existir e estar ao serviço dessas atividades, com ligação ao ambiente e natureza e à citada Escola Superior de Desporto.-----

----- Ainda no uso da palavra questionou o Executivo se já tem alguma ideia sobre o que vai acontecer no edifício que é um edifício importante no projeto global da requalificação da Frente Ribeirinha. Referiu que espera que o sistema informático em que vai ser apresentada a candidatura não entre em colapso como já conteceu com algumas Câmaras Municipais, nomeadamente na Margem Sul. Deu os parabéns à Senhora Presidente pela apresentação deste projeto que todos esperavam e mereciam.

----- Terminou a intervenção referindo que, quando disse em momentos próprios e

também em alguns momentos informais que ficava triste pelo facto de, nas Marinhas do Sal – Salinas – não estar a avançar um projeto desta natureza, continua a ter a mesma opinião, considerando ser uma prioridade em Rio Maior, do ponto de vista da requalificação, do desenvolvimento cultural e urbanístico, e, independentemente da Villa Romana, também ser importante, dado que esta recuperação também visa a sua abertura e que era uma necessidade absoluta, do ponto de vista da gestão patrimonial e cultural, mas lamenta que nas Salinas de Rio Maior, ainda não tenha havido esta capacidade para elaborar um projeto de desenvolvimento urbanístico, semelhante ao projeto da Frente Ribeirinha e apesar da abertura de linhas de apoio financeiro no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana, como informou a Senhora Presidente, o facto é que via outros municípios a desenvolverem outro tipo de investimentos fora desses quadros de apoio. Espera que rapidamente o Plano de Pormenor das Salinas possa avançar e que rapidamente se possa perspetivar para as Salinas de Rio Maior, um plano de desenvolvimento turístico e de pormenor, á imagem e semelhança do Plano em discussão.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que também gostaria muito que o projeto das Salinas pudesse avançar, mas tem que se fazer opções e considerando que existiam Fundos Comunitários para reabilizar esta área, é isso que vão fazer. Frisou que as Salinas será sempre uma área onde a Câmara terá de intervir, até para também dar sinais aos privados de que também têm de fazer o seu trabalho. Referiu também que, de uma forma geral, tem o privilégio de falar com todos os Presidentes de Câmara, e não tem conhecimento de muitos municípios que estejam a fazer grandes investimentos que não sejam enquadrados em financiamento do “Portugal 2020”, havendo mesmo alguns municípios que deixaram de fazer investimento no imaterial e a Câmara Municipal de Rio Maior continua a fazer. Frisou que são opções que têm de ser tomadas. ----- Disse também ao Vereador Daniel Pinto que a abstenção de nada servia, tanto mais que deseja ter todos os Vereadores no assinalar da disponibilização deste espaço ao serviço da comunidade, esperando, tão breve quanto possível, e esse será o seu compromisso enquanto Presidente da Câmara, colocar os espaços requalificados ao serviço da comunidade.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----  
----- Iniciou a intervenção referindo que estavam reunidas as condições, após quarenta anos de preocupação crescente na qualidade da água do rio Maior, uma preocupação que tem vindo a crescer em todos os que vivem na cidade, e, mesmo na Comunicação Social e nas redes sociais, muitas vezes se verifica o desagrado da população em geral

pelos maus cheiros, pela cor e espessura da água, entre outras “qualidades” que a água do rio tem tido e aquelas que devia ter não tem. Referiu que ainda “era do tempo” em que havia peixes no rio Maior e também se lambrava de grandes surtos de poluição, havendo dias em que estava completamente coberto de peixes mortos. Também recordou que tomara banho no rio Maior.-----

----- Referiu que, atualmente, a instituição Câmara Municipal reúne as condições para, não só, negociar como fazer as devidas pressões perante os privados e frizou que era totalmente a favor da iniciativa privada e do desenvolvimento económico porque este só é possível através da iniciativa privada, contudo muitas das vezes, as instituições escudam-se no peso de algumas empresas que poem em risco a atitude cívica ou de implementação de critérios para o bem comum, mas neste momento, com esta grande obra, levada a efeito pela Câmara Municipal, novamente com uma maior atenção para as margens do rio, que normalmente estão associadas à criação e ao desenvolvimento dos pólos urbanos, para negociar e fazer as respetivas démarches, junto de quem de direito, e junto também de privados, para que eles também façam a sua quota parte.---

----- Também por vezes se diz que os poluidores são A,B ou C, mas como têm muitos postos de trabalho, estes têm de ser defendidos, mas hoje em dia também é esquecido que estas grandes empresas têm uma componente social e cívica nos locais onde estão inseridas em que defendem muito o ambiente e no caso concreto da empresa de que se tem vindo a falar, a “Casa Mãe” tem grandes preocupações ambientais e tenta, sempre que possível, cumprir com os respetivos requisitos para que não colida com o bem estar das zonas envolventes. -----

----- Disse ainda que estão reunidas as condições para trabalhar em conjunto com a Agência Portuguesa do Ambiente e com as empresas em causa para que o rio Maior possa ter alguma qualidade, isto porque todos têm a imagem de um rio, que pressopõem um leito e um caudal de água que, supostamente, seria significativo, o que atualmente não se verifica- Referiu também que quando o Vereador Daniel Pinto diz que gostaria que o mesmo estivesse ligado aos desportos náuticos, disse que todos gostariam, mas não existe caudal suficiente, não se sabendo como será o futuro, até porque a natureza encarrega-se de ter a sua normal evolução.-----

----- Sobre o Plano de Pormenor das Salinas disse que todos querem que o mesmo avance rapidamente, pois sendo o ex-libris do concelho, a todos interessa valorizar, no entanto o processo está pendente de outras fatores mais difíceis de contornar, do que a requalificação da Zona Ribeirinha.-----

----- Por último referiu também que, ao contrário de outros municípios, o município de Rio Maior, está a fazer investimento com receitas próprias, nomeadamente o investimento projetado para a resolução do problema das águas, que a todos preocupa.

Ainda sobre a intervenção na Zona Ribeirinha referiu tratar-se de uma requalificação que não foi criticada pela população em geral e recordou o início da requalificação do espaço da “Expo 98”, considerando que na época foi uma atitude arrojada que permitiu que uma área imensa de edifícios em ruínas se tornasse uma zona da cidade moderna e desenvolvida, sendo isso que se pretende que aconteça a partir desta requalificação. Também se pretende que os privados se sintam motivados para intervir no espaço que tão “querido” é para todos, e que a cada dia que passa se degrada cada vez mais.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para abordar também a requalificação da Zona Ribeirinha e opinou que quando se estudam outros projetos estes não devem ser replicados, pelo contrário, devem ser analisados o que os outros municípios fazem e depois adaptar esses projetos á realidade de cada município, como se verifica nesta situação. Referiu ainda que a principal questão será verificar se os afluentes que são lançados ao rio cumprem os parâmetros legais e opinou que o “By passe” só faria sentido se os mesmos cumprirem esses parâmetros, porque se assim não for terão de ser encontradas outras soluções. -

----- Sobre o investimento nas Salinas referiu que o mesmo só faz sentido se for sustentado no Plano de Pormenor que está a ser elaborado, só que este colide com o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, mas das reuniões havidas verificam que também esta entidade está empenhados em encontrar uma solução a curto prazo, de modo a viabilizar o Plano de Pormenor para as Salinas.-

----- **VEREADOR LUÍS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

-----Sobre o documento em discussão referiu que iria reforçar o que fora dito pelo Vereador Lopes Candoso e sobre a sugestão apresentada pelo Vereador João Miguel, congratulou-se que entenda que a mesma deve ser melhorada, dado que nunca queriam fazer parte de uma solução que transferisse um problema de uma zona para outra, e fazendo apenas um “By passe” para as descargas que estão a ser feitas pela empresa Nobre não seria suficiente. Frisou que, em primeiro lugar, a empresa terá que cumprir a Lei, e partindo desse pressuposto, poder-se-á então trabalhar numa alternativa que possa levar a bom porto aquela solução para deixar de ter o rio com o aspeto de água poluída, ainda que possa não o ser, dado que todo o efluente da ETAR, mesmo tratado já na fase final, não é um afluente muito agradável de ver num espaço de lazer, mesmo que não seja poluente. Salientou que a autarquia, em conjunto com a empresa, encontrarão uma solução, tanto mais que esta sempre se tem mostrado disponível para dialogar na procura de soluções para a cidade onde se insere.-----

----- Registou a concordância de todos os Vereadores com o projeto e, neste caso em

concreto, a própria empresa Nobre quer fazer parte da solução e não do problema, cabendo á autarquia fazer a defesa do bem público e com isso exigir à empresa que tudo seja cumprido. -----

----- Relativamente aos desportos náuticos referiu concordar que haja alguma utilização do rio, não propriamente com “regatas”, mas como estão previstas entradas técnicas para proceder à sua limpeza, estas poderão perfeitamente servir para uma pequena “gaivota” da praia ou para uma pequena canoa.-----

----- Terminou a intervenção fazendo uma pequena análise política e ressaltou um aspeto que menos lhe agradava na atitude do PS, ou seja não se deve considerar que o voto de protesto é uma abstenção e de considerar o voto de abstenção como protesto para este ponto e votar contra o Orçamento que o viabiliza, ou seja, não lhe parecia que houvesse coerência da parte do PS, dado que diz que é contra um Orçamento que incluiu este projeto e que o viabiliza e, aí sim, o voto político, deveria ser a abstenção, mas, contrariamente, resolveram votar contra. Disse ainda que nesse Orçamento está previsto um projetos que os Senhores Vereadores elogiaram largamente, daí não concordar com a forma como votaram, mas ressalvo tratar-se apenas de uma opinião pessoal. Disse ainda que cabia aos Senhores Vereadores votar com a consciência que consideram correta e a si apenas lhe cabia discordar que se vote contra um Orçamento que incluiu um projeto que depois elogiam largamente.-----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- De novo no uso da palavra e sobre os desportos náuticos para aquela zona recordou os tempos em que chovia abundantemente, daí que essa questão possa ser equacionada.-----

----- Sobre a intervenção do Vereador Filipe Santana referiu que se existisse uma maior sintonia entre a maioria e os Vereadores do PS, provavelmente, o sentido de voto teria sido outro. Disse ainda que a informação que foi prestada na reunião a decorrer, deveria ter sido prestada anteriormente, e se existisse essa tal proximidade, ao nível da discussão do próprio Orçamento, esta questão não se colocava, mas “temos que ser sérios” e dizer aquilo que deve ser dito, pois para se tomarem decisões têm de estar bem fundamentados e ter informação, para, posteriormente, decidirem em consciência, mas quando essa informação é negada e não é transmitida, obviamente, que o juízo de valor no momento de uma tomada de posição, será uma e poderia ser outra.-----

----- **VEREADOR LUÍS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Voltou a intervir para dizer ao Vereador João Miguel que o Orçamento é um documento provisional e político e como tal, aquilo com que o Executivo se comprometeu foi desenvolver uma série de projetos e percorrer um determinado caminho no ano que se aproxima. Esclareceu que, quando diz que não tem informação,

provavelmente, seria por não a querer ou então porque ela não existe. Salientou que a informação que foi dada para a decisão do Orçamento foi aquela que existia disponível e a que todos tiveram acesso, nada foi escondido e não podendo deixar de dizer que o incomodava um pouco quando dizia “temos de ser sérios” e se considera que o Executivo não foi séria em algum ponto, pedia o favor de o dizer. Referiu ainda que a atual maioria cumpriu tudo aquilo que é exigido para a discussão do Orçamento quando convoca o PS para dar contributos para o referido documento, contudo a decisão de incluir ou não as sugestões apresentadas, pertence á maioria. Também acreditam que já tem alguns projetos que incluem algumas das sugestões feitas, as quais agradecem. Ainda sobre esta matéria, na sua opinião, a maioria não devia votar contra um Orçamento, quando na verdade até concordam com grande parte dos projetos, sendo apenas essa a sua chamada de atenção. Disse também que quando se vota contra um Orçamento, é quando se considera que o mesmo não cumpre a legislação, tem irregularidades, que não é para cumprir ou que é uma afronta aos riomaiorenses, contrariamente, quando se discorda da politica seguida, considera que o sentido de voto deveria ser a abstenção, no entanto tem o maior respeito pela tomada de decisão dos Vereadores eleitos pelo PS.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Voltou a intervir para esclarecer que a informação só agora foi prestada porque a mesma não existia há mais tempo, daí ter sido convocada uma reunião extraordinária.-

----- Disse ainda ao Vereador Daniel Pinto que a Presidente da Câmara e a Câmara não cede a pressões nem a interesses de privados e durante os últimos oito anos sempre assim foi e assim será durante o atual mandato. Salientou que a Presidente da Câmara foi eleita para fazer serviço público, para ir ao encontro das preocupações, necessidades e anseios dos riomaiorenses, sendo esse o seu compromisso e que foi renovado em 01 de outubro de dois mil e dezassete.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

---- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, subscrita pelo Vereador João Teodoro Miguel, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente o projeto em apreço considerando também que a Câmara Municipal deve salvaguardar a despoluição do rio Maior.”-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017**

os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A COORDENADORA TÉCNICA:** \_\_\_\_\_